

ASPECTOS OMISSOS DA INTERVENÇÃO ESTATAL NA AGRICULTURA⁽¹⁾

Richard Domingues Dulley⁽²⁾

Um elemento sempre ausente da discussão sobre a intervenção estatal na agricultura é o da verdadeira razão da existência do Estado, ou do porquê, apesar de tão criticado, nunca deixou de existir nos países que se desenvolveram com o capitalismo, como é o caso do Brasil.

O que tem sido omitido é o fato de que o Estado é indispensável ao Capital e sua reprodução, principalmente daqueles setores que embora deficitários são indispensáveis à sua expansão; que é necessário para garantir ao Capital individual a manutenção das relações de produção capitalistas, ou seja, que o Estado é **capitalista**; que há tarefas que ao capital individual não interessa assumir, tais como a segurança pública, infra-estrutura, financiamentos públicos, qualificação de mão-de-obra, pesquisas, etc., e que são assumidas pelo Estado.

Ao mesmo tempo em que se destaca o papel "socializante" do Estado, omite-se a existência de divergências claras entre capitalistas individuais e frações de classe (comércio, indústria, agricultura e bancos).

O discurso dos representantes das frações empresariais agrícolas e não agrícolas conduz a uma confusão de "estatização" e "intervenção normativa estatal na agricultura" com a "socialização dos meios de produção".

Omite-se ainda que, se os capitalistas não exercitam diretamente as atividades do Estado é justamente porque a separação entre o político e o econômico é necessária, uma vez que define uma instância política - o Estado - uma instância de poder, distinta do econômico, que no caso das economias capitalistas, também é capitalista.

Deve ficar claro, portanto, que o Poder de Estado é capitalista e se manifesta pela capacidade que a classe ou fração de classe hegemônica (que dirige as demais) tem para fazer valer seus interesses.

Consideram-se, portanto, que é nesse contexto que devem ser analisadas as decisões de política agrícola. Essas decisões, nas duas últimas décadas, pelo menos, refletem primordialmente os interesses das frações industriais e financeiras que têm se alternado ou exercido conjuntamente a hegemonia, em detrimento da fração proprietária rural.

Esta, por sua vez, em virtude da separação formal, mas aparente do Estado, em relação à classe dominante e suas frações mais poderosas (industrial e financeira) tem sido prejudicada por medidas contrárias, no curto e médio prazos, sem perceber ou conformada com o fato de que ao seu sacrifício correspondeu o crescimento dos demais setores. E tanto não percebeu ou se conformou com o que ocorreu, que suas críticas dirigem-se aos governos, como se esses estivessem acima dos interesses econômicos, devessem ser neutros e zelar equanimemente por todos, e pelo interesse geral.

(1) Recebido em 04/01/89. Liberado para publicação em 14/02/89.

(2) Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

Confunde-se Governo com Estado. Não se percebe que o Estado é uma relação de classes e frações de classe, ou seja, de interesses econômicos e sociais, e que o Governo é apenas a expressão do "poder que o Estado tem", que se manifesta pela capacidade que a classe ou fração hegemônica mais poderosa tem para fazer valer seus interesses sob a forma de coerção, ou seja, obrigando (no caso da política agrícola, por exemplo, os Valores Básicos de Custeio-VBCs, preços mínimos, taxas de juro, etc). Por outro lado a estrutura da economia do País, que de certa forma espelha no Estado a relação de poder em cada momento, não se altera necessariamente pelas mudanças no ou de governos, ou até mesmo pela detenção daquele poder por grupos com idéias divergentes do capitalismo.

Comprovação prática do que se afirmou nos parágrafos anteriores, é o discurso de organizações das classes proprietárias rurais como a Sociedade Rural Brasileira, a Organização das Cooperativas do Brasil e, principalmente, da União Democrática Ruralista. Atacam ou criticam o Governo e o Estado (desde que para elas ambos são a mesma coisa), como se os dois constituíssem entidades sensíveis e **acima dos interesses das classes e suas frações** (industriais, comerciais, banqueiros, agricultores e assalariados).

Em seu discurso omitem, não percebem ou não têm coragem de revelar, que sua principal contradição **hoje**, não é com o Governo nem com os trabalhadores rurais, mas sim com os interesses do capital financeiro e industrial, aos quais os agricultores estão submetidos política, econômica e ideologicamente e que tem maior poder no Estado.

Apesar de todos estes aspectos demonstrarem o caráter capitalista do Estado, apenas os "socializantes" são os que mais têm sido destacados, ao ponto de muitos identificarem estatização com "socialização".

A intervenção na agricultura acontece em sua maior parte na área das relações intercapitalistas, beneficiando ou desfavorecendo determinadas frações da classe capitalista. Este tipo de intervenção, portanto, está muito longe e nada tem a ver com a "socialização dos meios de produção". Está, na verdade, circunscrito ao campo das influências e pressões no sentido de que determinadas decisões sejam viabilizadas e legitimadas pelo Estado, em benefício desta ou daquela fração de classe, conforme a que detiver maior poder.

O que os agricultores esperam do Estado é que, através de sua intervenção, reduza ao máximo os riscos da produção agrícola, mediante uma posição neutra, imparcial, racional e técnica. Esta expectativa, entretanto, conflita com um fato que não pode ser omitido, de que o Estado só toma medidas que resultem do jogo de interesses e de poder.